



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

ANA PAULA DOS SANTOS DE MELO

**DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: UMA APROXIMAÇÃO
CONCEITUAL**

CACHOEIRA – BA

2013

ANA PAULA DOS SANTOS DE MELO

**DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: UMA APROXIMAÇÃO
CONCEITUAL**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação
em Tecnologia em Gestão Pública, da
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia em
cumprimento às exigências para conclusão.

ORIENTADOR: Dr. Jose Pereira Mascarenhas
Bisneto

CACHOEIRA – BA

2013

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me abençoar, me iluminar e me guiar.

Aos meus pais que me acompanharam e que sempre me acompanham, me dando o suporte físico, psicológico e financeiro. Ao meu irmão pela cumplicidade e companheirismo.

A Luzidaine Ramos (Dane), pela amizade, companheirismo e o amor correspondido.

A Rennan, Maiara, Pablo, Gildean, Nei, Daniel e Erick pela cumplicidade, carinho e por fazerem parte dos meus dias.

A Elias, por sempre acreditar em mim.

A Jack, pela amizade e amor.

A Nessa, por sempre estar comigo e pela amizade sincera.

A Josenildo Júnior, pelo companheirismo, acolhidas e momentos de alegria.

A Tiago, por fazer minhas idas a Cachoeira melhor e por ajudar o tempo passar mais rápido.

A Deise, Ari, Cleide, Mari, Jô, Zé Pedro, que trouxeram companheirismo e diversão.

Aos amigos que contribuíram direta e indiretamente para a construção deste material e nesta jornada acadêmica.

Aos professores do curso de Tecnologia em Gestão Pública da UFRB, a professora Maria Inês Caetano, Nelson Montenegro, Lys Vinhaes, Ivana Muricy e Siélia Barreto, e em especial aos professores Jorge Antonio e José Mascarenhas, que me orientaram nesse árduo processo de conclusão de curso.

“A natureza não reconhece o bem e o mal. A natureza só reconhece equilíbrio e desequilíbrio”. FRINGE, 2013.

MELO, Ana Paula dos Santos de. **Desenvolvimento Local Sustentável: Uma Aproximação Conceitual**. 42 págs. 2013. Monografia – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2013.

RESUMO

Os problemas ambientais e sociais têm sido agravados após o processo de industrialização e globalização, desta maneira a sociedade vem enfrentando a desigualdade social e a degradação ambiental, os debates e as pesquisas acerca dos temas têm aumentado cada vez mais, acredita-se que o desenvolvimento local sustentável seja uma solução para estes problemas, este trabalho tem por objetivo fazer um levantamento de alguns conceitos e abordagens acerca da temática. Para tal finalidade, foi feita uma pesquisa bibliográfica. Analisou-se variados conceitos de desenvolvimento sustentável, assim como seu processo histórico e suas dimensões, baseado no estudo de diferentes autores como: Ignacy Sachs, José Eli da Veiga, Sérgio Buarque, entre outros pesquisadores da área, por fim, abordou-se questões sobre Desenvolvimento Local Sustentável. Percebeu-se que o debate acerca do desenvolvimento sustentável tem crescido no decorrer dos anos, devido a necessidade de se pensar um desenvolvimento que seja capaz de manter o equilíbrio entre o desenvolvimento ambiental, o social e o econômico. O desenvolvimento local sustentável é uma das alternativas de desenvolvimento, pois possibilita que sejam realizadas ações a partir das potencialidades locais.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável. Desenvolvimento Local. Desenvolvimento Local Sustentável.

LISTA DE FIGURA

FIGURA 1 - Iniciativas de desenvolvimento local	29
FIGURA 2 - Desenvolvimento Local Sustentável	33

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	08
2.	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	10
2.1	Conceitos.....	10
2.2	Processo Histórico.....	14
2.3	As Perspectivas.....	19
2.3.1	Desenvolvimento Ambiental.....	19
2.3.2	Desenvolvimento Econômico.....	20
2.3.3	Desenvolvimento Social.....	23
3.	ESPAÇO E TERRITÓRIO	26
3.1	Desenvolvimento Local.....	28
4.	DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL.....	32
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
	REFERÊNCIAS.....	38

1. INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da humanidade, há a relação homem-natureza, o homem necessita da natureza para sobreviver, extraindo dela o que é necessário para se alimentar, se abrigar e proteger, com a evolução da humanidade, novas necessidades foram surgindo, então o homem como “dominador” passa a explorá-la cada vez mais.

A questão do desenvolvimento sustentável vem ganhando espaço, como forma de ampliar este debate, surgem as conferências internacionais, que vão discutir a desigualdade social, o meio ambiente e a economia, foi em uma destas conferências que aparece pela primeira vez, o termo “Desenvolvimento Sustentável”, como um novo modelo de Desenvolvimento.

Trata-se de uma nova proposta de desenvolvimento, que previna a degradação ambiental e que tenha preocupações de cunho social.

O desenvolvimento local torna possível a mudança das estruturas para serem mais adequadas à comunidade e ao território, a partir daí há a vinculação com a industrialização, modernização e o crescimento econômico, surgindo, então, a preocupação com a sustentabilidade do local.

Muitas mudanças econômicas, sociais e ambientais vêm ocorrendo nos últimos anos, transformando as realidades locais de territórios e comunidades. Surge, então, a preocupação com a garantia do bem-estar das futuras gerações, levando em conta a preservação do meio ambiente e a diminuição das desigualdades sociais e regionais.

A partir daí surge o Desenvolvimento Local Sustentável que requer que se leve em consideração as potencialidades e as características locais e envolve o equilíbrio entre o meio ambiente, a equidade social e o crescimento econômico.

Com essas mudanças surgem novos desafios, com isso é necessário o desenvolvimento de ideias e conceitos que proponham uma nova organização da economia, privilegiando a sustentabilidade, o que, portanto, justifica a realização deste trabalho.

Esta monografia tem como objetivo apresentar uma revisão teórica sobre o conceito de desenvolvimento sustentável e suas dimensões, assim como o conceito de desenvolvimento local, e por fim é feita uma abordagem sobre o desenvolvimento local sustentável, utilizando a aproximação de cada termo trabalhado, desta maneira contribuindo com as discussões sobre

o desenvolvimento local sustentável, utilizando-se de uma revisão bibliográfica dos trabalhos de diferentes pesquisadores.

Trata-se de uma pesquisa descritiva, esta pesquisa observa, registra, analisa e ordenam dados, sem manipulá-los, isto é, sem interferência do pesquisador. (PINTO, 2010). Para isso foi realizada uma pesquisa bibliográfica, utilizando diversos materiais, como livros artigos científicos e outros meios físicos e eletrônicos de informação, permitindo mostrar as principais ideias e conceitos de diferentes autores sobre, desenvolvimento local sustentável.

Segundo Marconi e Lakatos (2008, p.57):

[...] a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto.

A pesquisa bibliográfica tem como principal objetivo identificar os conceitos básicos de determinada temática, além de possibilitar ao pesquisador uma gama de informações muito mais ampla do que poderia se conseguir se fosse feita uma pesquisa diretamente, pois é possível reunir diferentes contribuições científicas sobre determinado tema.

Esta monografia está organizado em cinco partes, a primeira parte é esta introdução. Na segunda parte destaca-se os conceitos de desenvolvimento sustentável na visão de diferentes autores, assim como o processo histórico, e por fim as suas perspectivas, sendo estas o desenvolvimento ambiental, econômico e social. Na terceira parte aborda-se os conceitos de espaço e território, sendo os mesmos relevantes para a discussão, pois pretende-se trabalhar com desenvolvimento local que se apresenta na quarta parte desta monografia, trazendo o seu conceito e as abordagens sobre o Desenvolvimento Local Sustentável, para finalizar, na quinta parte, apresenta-se as considerações finais.

2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A globalização¹ assim como outros inúmeros fatores, trouxeram consigo grandes problemas ambientais, já que o crescimento econômico tende a aumentar o uso dos recursos naturais não renováveis, e conseqüentemente, degradar o meio ambiente, desta maneira comprometendo a qualidade de vida da população. Problemas ambientais, sociais e econômicos são preocupações de grande parte da sociedade quando se trata do desenvolvimento, o mesmo possui objetivos que vão além do aumento do capital financeiro, daí vem os direitos sociais e ambientais.

O desenvolvimento sustentável exige que estes três grandes pilares avancem de maneira proporcional, isto implica dizer que deve haver ponderação das necessidades de cada um destes pilares.

Na segunda metade do século XX o processo de globalização ocorreu de maneira mais rápida, aumentou o desenvolvimento das indústrias e da economia em geral, porém neste mesmo período passa-se por diversas crises econômicas, como consequência há desemprego e miséria, gerando uma crise social e também ambiental, pois o aumento do processo industrial fez com que as fontes de recursos renováveis e não renováveis fossem mais exploradas, neste momento passa a existir uma reflexão em relação aos impactos do desenvolvimento e do crescimento, havendo uma maior consciência da sociedade.

O termo Desenvolvimento Sustentável torna-se uma das alternativas para a solução destes problemas, é então que a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) também conhecida como Comissão de Brundtland, que recebeu este nome devido ao sobrenome de um dos presidentes Gro Harlem Brundtland, foi elaborado um relatório onde o desenvolvimento sustentável passa a ser conceituado.

2.1. Conceitos

Anterior ao conceito de desenvolvimento sustentável temos o conceito de “Ecodesenvolvimento” que surgiu na década de 1970, época da Conferência de Estocolmo,

¹ En términos generales, la globalización constituye una nueva fase del desarrollo capitalista, cuyos rasgos básicos son la desregulación de los mercados, de los procesos laborales y de la fuerza de trabajo, la privatización de las economías, sobre la base de cambios tecnológicos centrados en el uso de la microelectrónica y la generalización en el uso de nuevas tecnologías como la robótica, la automatización, la informática, la biotecnología y la biogenética. (MARTÍNEZ apud ABILIO, 1997, p. 1).

uma proposta de coexistência entre crescimento e preservação ambiental, este termo partiu da proposta de Maurice Strong e em seguida aprofundado por Ignacy Sachs.

Para Sachs, Ecodesenvolvimento é o,

[...] desenvolvimento endógeno e dependente de suas próprias forças, tendo por objetivo responder problemática da harmonização dos objetivos sociais e econômicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio. (MONTIBELLER-FILHO, 1993, p.132)

Nas formulações de Sachs, o ecodesenvolvimento deveria integrar basicamente seis aspectos (Brüseke, 1993 apud SOUZA, 1994 p.5) :

- a) a satisfação das necessidades básicas;
- b) a solidariedade com as gerações futuras;
- c) a participação da população envolvida;
- d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral;
- e) a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas;
- f) programas de educação.

Pode-se perceber que neste conceito já há preocupação com o meio ambiente interligada com as questões sociais e econômicas, foi a partir deste conceito que a ideia de desenvolvimento sustentável foi sendo construída.

Aparece pela primeira vez no nível mundial na conferência das Nações Unidas através do “Nosso Futuro Comum”, lançado em 1987 (também conhecido como "Relatório Brundtland²"), tendo o desenvolvimento sustentável como o “atendimento às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades". (WCED, 1987).

Nesta mesma perspectiva, o autor Buarque (2002) defende que,

O desenvolvimento sustentável parte, assim, de uma nova perspectiva de desenvolvimento (Sousa, 1994), [...] o bem-estar das gerações atuais não pode comprometer as oportunidades e necessidades futuras, reduzindo as possibilidades de reprodução e desenvolvimento futuro; e o bem estar de uma parcela da geração atual não pode ser construída em detrimento de outra parte, com oportunidades desiguais na sociedade. (BUARQUE, 2002, p.60-61).

² Este relatório é um documento que traz as discussões sobre o desenvolvimento e o meio ambiente, enfatizando problemas ambientais, o mesmo traz também medidas que devem ser tomadas pelos países para promover o desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento sustentável tenta equilibrar os fatores sociais, econômicos e ambientais, porém torna-se uma proposta complexa, pois enfrenta dificuldades e resistências políticas e sociais. A conservação ambiental e o crescimento econômico devem ser discutidos lado a lado. O desenvolvimento sustentável busca manter e/ou melhorar a qualidade de vida das pessoas, buscando utilizar de maneira eficiente os recursos naturais, causando um menor impacto ambiental.

O conceito de desenvolvimento sustentável resulta do amadurecimento das consciências e do conhecimento dos problemas sociais e ambientais e das disputas diplomáticas, mas também de várias formulações acadêmicas e técnicas que surgem durante as três últimas décadas com críticas ao economicismo e defesa do respeito ao meio ambiente e às culturas (BUARQUE, 2002, p.58).

O desenvolvimento sustentável é um processo complexo e contínuo, possui vários conceitos e definições, por diferentes autores. A seguir é apresentada uma sequência de conceitos referentes ao termo, dentre estes, temos:

Segundo Camargo (2003),

Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas. (CAMARGO 2003, p.43 apud ESTENDER; PITTA 2008, p. 22).

Para Elkington (2001), “mesmo com o conceito formulado, inicialmente, a ideia de desenvolvimento sustentável era entendida como a harmonia entre a questão financeira e ambiental” (ELKINGTON 2001, p.43 apud ESTENDER; PITTA 2008, p. 22).

Já para Becker (1993 apud Santos 2007),

(...) o desenvolvimento sustentável não se resume à harmonização da relação economia-ecologia nem a uma questão técnica. Pode-se observar que os últimos anos do século XX, correspondem à transição entre a crise da economia-mundo e a implementação de um novo regime de acumulação e internacionalização crescente da economia capitalista, associada à nova forma de produção introduzida pela revolução tecnologia e baseada no conhecimento científico e na informação. (SANTOS, 2007, p. 10).

Para Goodland e Ledoc o desenvolvimento sustentável é,

Definido como um padrão de transformações econômicas estruturais e sociais (i.e.), desenvolvimento que otimizam os benefícios sociais e econômicos disponíveis no presente, sem destruir o potencial de benefícios similares no futuro. O objetivo primeiro do desenvolvimento sustentável é alcançar um nível de bem-estar econômico razoável e equitativamente distribuído que pode ser perpetuamente continuado por muitas gerações humana... desenvolvimento sustentável implica usar os recursos renováveis naturais de maneira a não degradá-los ou eliminá-los, ou diminuir sua utilidade para as gerações futuras, implica usar os recursos minerais não renováveis de maneira tal que não necessariamente destruam o acesso a eles pelas gerações futuras... também implica a exaustão dos recursos energéticos não renováveis numa taxa lenta o suficiente para garantir uma alta probabilidade de

transição societal ordenada para as fontes de energia renovável [...].(Goodland e Ledoc, 1987 apud KRAMA, 2009, p. 20).

Segundo Merico, “Desenvolvimento sustentável significa fundamentalmente, discutir a permanência ou a durabilidade da estrutura de todo o processo produtivo sobre o qual está assentada a sociedade humana contemporânea” (MERICO, 1996 apud KRAMA, 2009, p. 23).

Haque por sua vez, coloca que,

Um autêntico modelo de Desenvolvimento sustentável deve apresentar uma perspectiva de desenvolvimento além do crescimento econômico, reconhecer as múltiplas tradições culturais e crenças, transcender o consumismo e fornecer uma estrutura de estilo de vida mais desejável, enfatizar reformas estruturais para a equidade interna e global e delinear efetivos planos legais e institucionais para a manutenção ambiental. (Haque, 2000 apud KRAMA, 2009, p. 23).

Para Satterthwaite, o desenvolvimento sustentável é “a resposta às necessidades humanas nas cidades com o mínimo ou nenhuma transferência dos custos da produção, consumo ou lixo para outras pessoas ou ecossistemas, hoje e no futuro”. (SATTERTHWAITE, 2004 apud BARBOSA 2008, p. 4).

Ignacy Sachs foi um grande precursor do conceito e do estudo do desenvolvimento sustentável. Para esse autor, a sustentabilidade

[...] é baseada no duplo imperativo ético de solidariedade sincrônica com a geração atual e de solidariedade diacrônica com as gerações futuras. Ela nos compele a trabalhar com escalas múltiplas de tempo e espaço, o que desarruma a caixa de ferramentas do economista convencional. Ela nos impele ainda a buscar soluções triplamente vencedoras, eliminando o crescimento selvagem obtido ao custo de elevadas externalidades negativas, tanto sociais quanto ambientais. Outras estratégias, de curto prazo, levam ao crescimento ambientalmente destrutivo, mas socialmente benéfico, ou ao crescimento ambientalmente benéfico, mas socialmente destrutivo (SACHS, 2008, p.15)

O crescimento e a preocupação com o meio ambiente devem estar em harmonia, para que haja benefícios para a população, de maneira que sejam atendidas as necessidades ambientais, sociais e econômicas. O conceito de desenvolvimento sustentável tem variadas concepções e diferentes visões.

O desenvolvimento sustentável (DS) é um conceito amplo e, devido a esta característica, permite apropriações diferenciadas e ideologias por segmentos sociais de interesse. Sua proposição básica de eficiência econômica, associada à eficácia social e ambiental, que significa melhoria da qualidade de vida das populações atuais sem comprometer as possibilidades das próximas gerações, constitui padrão normativo almejado pela maioria das sociedades humanas, na atualidade. (MONTIBELLER-FILHO, 2008, p.23).

Os conceitos apresentados aqui são alguns dos muitos que são utilizados para definir o desenvolvimento sustentável. Nos mesmos há similaridades e convergências, como é o caso do conceito de Buarque, Sachs e Haque, os quais trazem a preocupação com a sociedade atual

e com a sociedade futura, pensando no bem estar social e ambiental, já para Elkington em seu conceito não entra o termo social, o mesmo traz uma preocupação com o financeiro e o ambiental. Para Camargo, como foi visto a definição de desenvolvimento sustentável é a harmonia entre determinados fatores como exploração dos recursos, direção do investimento e mudança institucional, contrario a isso o autor Becker diz que o desenvolvimento sustentável vai além da harmonia entre a economia, a ecologia e a questão técnica. Os autores Goodland, Ledec e Merico trazem uma relação entre o econômico, o estrutural e o social não citando as questões ambientais.

2.2 . Processo Histórico

A partir da década de 1960 começou a se discutir os problemas ambientais no âmbito internacional, esta preocupação começou no ano de 1962, com a publicação do livro *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, que como citou o autor Fontes (2010), deu início a uma verdadeira revolução em defesa do meio ambiente.

O livro *Primavera Silenciosa* de Rachel Carson reuniu em um único texto, conhecimentos e informações esparsos sobre o efeito dos pesticidas, que já eram de conhecimento dos especialistas, cada um em sua área, mas que não tinham sido percebidos em sua totalidade tanto pelos especialistas e (menos ainda) pela população (FONTES, 2010, p. 140).

Em 1968, surge um grupo constituído por empresários, diplomatas, cientistas, educadores, humanistas, economistas e altos funcionários governamentais, este grupo foi denominado Clube de Roma, este nome é devido ao fato da primeira reunião ter ocorrido na Academia dei Lincei em Roma na Itália, reuniram-se para discutir assuntos relacionados com o crescimento, desenvolvimento econômico e o meio ambiente, foi fundado por Aurélio Peccei e Alexander King, os autores identificaram problemas como a rápida industrialização que teve por consequência o aumento do consumo e a maior utilização dos recursos não renováveis.

Em 1971 foi publicado seu relatório, conhecido com *The Limits of Growth* (Os limites do Crescimento).

Este relatório,

[...] alertava para o fato de que a humanidade teria, obrigatoriamente, um limite de crescimento com o modelo econômico então praticado, baseado no consumo e altamente concentrado em poucas nações, onde era necessário o congelamento do crescimento da população global e do capital industrial, mostrando a limitação dos

recursos naturais e indicando um viés malthusiano. (IBAMA, 2009 apud ARAUJO; CARVALHO, 2011, p. 686).

Para resolver os problemas da sustentabilidade o relatório trazia que era necessário haver um controle do crescimento populacional, resolver o problema da insuficiência de alimentos, a redução do crescimento econômico e a grande utilização dos recursos naturais.

Esta publicação teve uma grande importância na realização da conferência de Estocolmo na Suécia, em 1972, conhecida também como a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, sendo a primeira conferência mundial que tratava de assuntos referentes ao meio ambiente, um marco histórico sobre o tema. (KRAMA, 2009)

Nessa Conferência foram aprovados 25 princípios fundamentais que orientam as ações internacionais na área ambiental, tais como: a valorização do homem dentro do ambiente como ser que o transforma, mas que depende dele para sobreviver. Além disso, promove o progresso social, cria riquezas e desenvolve a ciência e a tecnologia. (IBAMA, 2009 apud ARAUJO; CARVALHO, 2011, p. 686).

Um dos objetivos desta conferência era buscar meios de conciliar o crescimento econômico com a preservação ambiental, assim como as “responsabilidades dos países ricos, com o consumismo exagerado, e dos países pobres, com a explosão demográfica, na situação ambiental” (MOTTA; AGUILAR, 2009, p. 86). Neste momento a questão ambiental ganha uma maior visibilidade tanto da sociedade quanto do Estado, o desenvolvimento sustentável começa a ganhar espaços nos debates sobre desenvolvimento e crescimento econômico.

Na época, segundo Le Prestre (2005 apud PASSOS, 2009), os fatores que motivaram a realização da conferência, foram:

- a) o aumento da cooperação científica nos anos 60, da qual decorreram inúmeras preocupações, como as mudanças climáticas e os problemas da quantidade e da qualidade das águas disponíveis;
- b) o aumento da publicidade dos problemas ambientais, causados especialmente pela ocorrência de certas catástrofes, eis que seus efeitos foram visíveis (o desaparecimento de territórios selvagens, a modificação das paisagens e acidentes como as marés negras são exemplos de eventos que mobilizaram o público);
- c) o crescimento econômico acelerado, gerador de uma profunda transformação das sociedades e de seus modos de vida, especialmente pelo êxodo rural, e de regulamentações criadas e introduzidas sem preocupação suficiente com suas consequências em longo prazo;
- d) inúmeros outros problemas, identificados no fim dos anos 1960 por cientistas e pelo governo sueco, considerados de maior importância, afinal, não podiam ser resolvidos de outra forma que não a cooperação internacional. São exemplos destes problemas as chuvas ácidas, a poluição do Mar Báltico, a acumulação de metais pesados e de pesticidas que impregnavam peixes e aves. (PASSOS, 2009, p. 8)

A realização desta conferência foi de suma importância para as questões ambientais, pois trouxe à tona os problemas ambientais, e mostrou que havia a necessidade de começar a se repensar o modo de desenvolver, foi criada nesta conferência a Declaração de Estocolmo

ou também chamada Declaração das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente a que se referia à orientações das decisões que deviam ser tomadas referente à questão ambiental.

Em 1973, foi publicado o segundo relatório do Clube de Roma, com o título “Momento de Decisão”, este relatório busca corrigir os erros do primeiro. Em 1976 surge o terceiro relatório, denominado “Para uma Nova Ordem” tratando os problemas entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos.

Em 1983, a Organização das Nações Unidas (ONU), formou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) ou World Commission on Environment and Development (WCED), “Esta comissão tinha como objetivo propor estratégias de longo prazo para alcançar um desenvolvimento sustentável” (MOTTA; AGUILAR, 2009, p. 86). No ano de 1987, o CMMAD publicou o relatório Nosso Futuro Comum (Our common future) ou conhecido também relatório Brundtland, o conceito de desenvolvimento sustentável é apresentado, sendo, a garantia das necessidades do presente sem comprometer as futuras gerações. (WCDE, 1987).

Neste documento há recomendações aos países, como limitar o crescimento da população, garantir recursos básicos como a água, a energia e outros a longo prazo; preservar a biodiversidade e ecossistemas; diminuir o consumo de energia, assim como atender as necessidades básicas da população, desta maneira mostrando que há uma ligação entre o desenvolvimento sustentável e os problemas da pobreza.

A ONU aprovou em dezembro de 1989 uma conferência sobre o meio ambiente. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio ambiente - Eco 92 ou Rio 92, em 1992 na cidade do Rio de Janeiro, a partir daí deu-se início à Agenda 21.

Através da Rio 92, foi introduzido o conceito de desenvolvimento sustentável, modelo que abarca crescimento econômico, preservação ambiental e inclusão social. Dentre os acordos internacionais decorridos do encontro foram: Convenção do Clima, Agenda 21, Convenção da Biodiversidade e a Declaração do Rio. Esses acordos deram margem a regulamentações, em relação a esses temas por parte das agências ambientais de vários países. (ARAÚJO; CARVALHO, 2011, p. 687).

A Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, formulada com 27 princípios, tem como objetivo:

[...]estabelecer uma nova e justa parceria global mediante a criação de novos níveis de cooperação entre os Estados, os setores-chaves da sociedade e os indivíduos, trabalhando com vistas à conclusão de acordos internacionais que respeitem os interesses de todos e protejam a integridade do sistema global de meio ambiente e desenvolvimento, reconhecendo a natureza integral e interdependente da Terra, nosso lar. (BRASIL, 1992, p.1).

A Convenção do Clima entrou em vigor em 1994, discutindo as mudanças climáticas, resultou em um acordo para que todos os países reduzissem as emissões de gases poluentes.

A Convenção da Biodiversidade tem como objetivos,

[...] a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, mediante, inclusive, o acesso adequado aos recursos genéticos e a transferência adequada de tecnologias pertinentes, levando em conta todos os direitos sobre tais recursos e tecnologias, e mediante financiamento adequado. (BRASIL, 2000, p. 9).

A agenda 21 é um documento que responsabiliza cada país a pensar o desenvolvimento sustentável de maneira global e local com a participação de todas as esferas da sociedade. É uma busca para que todos os países representados na conferência cheguem ao desenvolvimento sustentável, trazendo o lema da Eco-92 “pensar globalmente, agir localmente”.

Segundo KRANS (1996), está dividida em quatro grandes blocos:

a) Dimensões sociais e econômicas – de que forma os problemas e soluções ambientais são interdependentes daqueles da pobreza, saúde, comércio, dívida, consumo e população.

b) Conservação e gerenciamento dos recursos para o desenvolvimento – de que forma os recursos físicos, incluindo terra, mares, energia e lixo precisam ser gerenciados para assegurar o desenvolvimento sustentável.

c) Fortalecendo o papel dos principais grupos sociais – inclusive os minoritários, no trabalho em direção ao desenvolvimento sustentável.

d) Meios de implementação – inclusive financeiro e o papel das diversas atividades governamentais e não-governamentais.

Este documento traz os compromissos e ações a serem cumpridas em escala global e local, em busca de um novo padrão de desenvolvimento englobando a proteção ambiental, a equidade social e a eficiência econômica, para isso possui ações concretas, metas, recursos e responsabilidades definidas.

A partir da Agenda 21 global, temos a Agenda 21 Local, que está contida no capítulo 28, "cada autoridade em cada país implemente uma Agenda 21 local tendo como base de ação a construção, operacionalização e manutenção da infra-estrutura econômica, social e ambiental local, estabelecendo políticas ambientais locais e prestando assistência na implementação de políticas ambientais nacionais" (CNUMAD, 1995, p. 381), com ela é

possível a comunidade local planejar metas e ações relacionadas com as suas potencialidades locais.

A organização das comunidades local no desenvolvimento da Agenda fará com que suas ações sejam refletidas no âmbito global, desta maneira se os problemas locais são resolvidos a tendência é que os problemas globais também sejam, para isso deve haver a parceria entre os governos locais e a comunidade local, criando políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável que sejam capazes de ser realizadas com o poder local. Esta gestão deve “integrar planejamento e políticas, envolver todos os setores da comunidade, e focalizar resultados em longo prazo” (KRANS, 1996, p.15)

A agenda 21 é de fundamental importância para que o desenvolvimento sustentável ocorra, pois a partir dela são traçados objetivos e metas a serem seguidas, possibilitando que os governos locais juntamente com a comunidade possam trabalhar juntos para buscar soluções para os problemas ambientais, sociais e econômicos, utilizando-se das potencialidades locais tornando-se um processo amplo e participativo.

Dez anos depois, aconteceu a Conferência de Johannesburgo (2002), realizada na África, com foco nos problemas sociais, onde reafirmaram-se as discussões já existentes, com duas vertentes sendo muito importantes para o setor produtivo: a inclusão da responsabilidade corporativa e a Declaração de Johannesburgo.

Em 2012, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+20, que contou com a participação de chefes de governo, tendo como objetivos:

- Assegurar renovado compromisso político com o desenvolvimento sustentável;
- Fazer um levantamento sobre o progresso e as lacunas na implementação das decisões e resoluções das principais conferências de desenvolvimento sustentável;
- Considerar os novos desafios. (CEBDES; FBDS, 2012, p.8)

Os principais temas debatidos foram a Economia Verde, ações voltadas para o desenvolvimento sustentável, maneira de reduzir a pobreza, além de ter sido feita uma análise dos últimos 20 anos, após a conferência Rio 92.

Como se pode perceber, muito se avançou quando se trata de desenvolvimento sustentável, com a realização das conferências foi possível começar a inserir o debate sobre as questões ambientais nos meios sociais e políticos, sendo possível pensar novas maneiras de desenvolvimento, como o desenvolvimento sustentável. Esses marcos históricos foram decisivos para o surgimento de políticas voltadas para o desenvolvimento econômico de

maneira que fosse pensado paralelo a outros fatores, como a desigualdade social e a proteção ambiental, além do comprometimento do Estado com tais ações. Ainda há muito que se avançar, porém é evidente que a aplicação deste novo conceito (desenvolvimento sustentável) trouxe uma maior consciência quanto às necessidades da sociedade.

2.3. As Perspectivas

Como já foi dito anteriormente, para que ocorra o desenvolvimento sustentável é preciso que o desenvolvimento ambiental, social e econômico aconteçam ao mesmo tempo, ou seja, deve haver uma preocupação com o meio ambiente, com a economia e a pobreza, além disto, deve-se preocupar tanto com a geração atual quanto com a geração futura.

2.3.1. Desenvolvimento Ambiental

Com a conferência de Estocolmo, realizada em 1972, as questões ambientais passaram a fazer parte das grandes discussões do desenvolvimento, tornando-se principal tema de muitos debates, o crescimento e o desenvolvimento econômico e os avanços tecnológicos trouxeram consigo impactos socioambientais, a partir deste ponto é inserida a problemática da sustentabilidade que vai fazer com que haja novos debates a respeito das dimensões do desenvolvimento.

Uma das dimensões do desenvolvimento sustentável é a dimensão ambiental, a mesma volta-se para o meio ambiente, a preservação do mesmo, deve haver uma sustentabilidade ecológica e ambiental as quais irão tratar da preservação dos recursos naturais, de maneira que haja o uso adequado e limitado de recursos não renováveis e o consumo consciente dos recursos naturais renováveis, assim como substituir o uso de materiais que prejudicam o meio ambiente através da poluição por outros que não agridam o mesmo.

Este compromisso com o uso adequado destes recursos naturais é a ideia principal do desenvolvimento ambiental, havendo o equilíbrio entre as atividades produtivas e o ambiente, de modo a diminuir os impactos ambientais.

O conceito de “Impactos Ambientais” passa a ser utilizado mais precisamente após a conferência de Estocolmo, sendo utilizada para definir os efeitos do homem e do seu processo de desenvolvimento sobre o meio ambiente,

[...] considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou

energia resultante das atividades humanas, que direta ou indiretamente, afetam-se: a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e a qualidade dos recursos naturais. (CONAMA, 1986).

A ideia do desenvolvimento ambiental é fazer com que estes impactos ambientais não existam ou ocorram em menor proporção, de maneira que garanta a sustentabilidade, isso ocorre quando há o uso inteligente dos recursos naturais.

2.3.2 Desenvolvimento Econômico

O conceito de desenvolvimento traz consigo vários significados e interpretações, dessa maneira o mesmo é criticado por diversos autores, criando assim uma grande discussão e gerando várias controvérsias. Há alguns autores que defendam que o conceito de desenvolvimento é algo ainda novo, porém há quem defenda que não é algo tão novo assim.

Assim como o conceito de crescimento econômico, o desenvolvimento também teve origens teóricas de pensadores como Shumpeter³ que diz que o desenvolvimento econômico é demonstrado através de mudanças quantitativas e qualitativas das variáveis econômicas, aumentando a disponibilidade de bens per capita e a qualidade dos produtos e da renda médias dos indivíduos (SOUZA, 1997).

Já os neoclássicos, como Marshall⁴, julgam a acumulação de capital, a poupança e a taxa de juros, como de fundamental importância para o desenvolvimento econômico, enquanto na visão Keynesiana⁵ é destacada a regulação da demanda efetiva. (SOUZA, 1997).

O crescimento econômico traz consigo o aumento da produção de bens e serviços e mudanças quantitativas, enquanto o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas, como melhoria do padrão de vida das pessoas, no aspecto social, humano, político, etc.

A ideia de Sachs (2008) concorda com a de Souza (1997) que há diferença entre o crescimento econômico e o desenvolvimento, quando diz que, o objetivo do desenvolvimento

³ Joseph Alois Schumpeter, economista do século XX, suas principais obras foram: *The Theory of Economic Development*, publicada em 1912, na qual estão inseridas as ideias básicas de seu pensamento econômico; *Business Cycles* (1939), na qual faz uma análise histórica, teórica e estatística do processo capitalista; *Capitalism, Socialism and Democracy* (1942); *Imperialismo e Classes Sociais* (1919); e *História da Análise Econômica* (3 volumes) (1964). (MORICOCCHI, GONÇALVES, 1994)

⁴ Alfred Marshall (1842 -1924) foi um influente economista de sua época, sua principal obra é "*Principles of Economics*" e foi publicada entre 1890 e 1907.

⁵ John Maynard Keynes foi um dos economistas de grande influência do século XX. Seu trabalho mais importante foi a teoria Keynesiana, uma teoria da despesa total da economia e dos seus efeitos na produção e na inflação

vai além da aquisição de bens materiais, porém deixa claro que o crescimento é necessário para que ocorra o desenvolvimento, porém não é suficiente.

Segundo o autor Bresser-Pereira,

Essencialmente o desenvolvimento econômico é o processo histórico de crescimento sustentado da renda ou do valor adicionado por habitante implicando a melhoria do padrão de vida da população de um determinado estado nacional, que resulta da sistemática acumulação de capital e da incorporação de conhecimento ou progresso técnico à produção. (BRESSER-PEREIRA, 2007, p. 9)

Neste sentido, o desenvolvimento econômico ocorre de maneira que haja mudanças na qualidade de vida dos cidadãos, ocorrendo estas através da mudança do padrão de vida, como o acesso ao trabalho, gerando um aumento da renda por habitante e da produtividade.

Um dos principais objetivos de qualquer governo é a busca pelo desenvolvimento econômico, porém deve pensar em um desenvolvimento que envolva o crescimento e o desenvolvimento econômico, juntamente com o desenvolvimento ambiental e social.

Essa dimensão foi amplamente difundida na sociedade ocidental embora não sob a perspectiva da sustentabilidade e nem de desenvolvimento, pois a sustentabilidade econômica extrapola o acúmulo de riquezas, bem como o crescimento econômico e engloba a geração de trabalho de forma digna, possibilitando uma distribuição de renda, promovendo o desenvolvimento das potencialidades locais e da diversificação de setores. Ela é possibilitada por alocação e gestão mais efetivas dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado nos quais a eficiência econômica deve ser avaliada com o objetivo de diminuir a dicotomia entre os critérios microeconômicos e macroeconômicos. (MENDES, 2009, p. 53)

Atualmente o desenvolvimento é “medido” através de índices e indicadores, dentre estes, temos o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Segundo o PNUD (2012), atualmente, os três pilares que constituem o IDH (saúde, educação e renda) são mensurados da seguinte forma:

- Uma vida longa e saudável (saúde) é medida pela expectativa de vida;
- O acesso ao conhecimento (educação) é medido por: i) média de anos de educação de adultos, que é o número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos; e ii) a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, que é o número total de anos de escolaridade que um criança na idade de iniciar a vida escolar pode esperar receber se os padrões prevalentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança;

- E o padrão de vida (renda) é medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita expressa em poder de paridade de compra (PPP) constante, em dólar, tendo 2005 como ano de referência (PNUD, 2012).

Apesar de abranger estes três aspectos importantes para o desenvolvimento humano, o IDH apenas não é suficiente para medir a qualidade de vida das pessoas.

Veiga confirma essa afirmação ao citar que:

O principal defeito do IDH é que ele resulta da média aritmética dos três índices mais específicos que captam renda, escolaridade e longevidade. Mesmo que se considere inevitável a ausência de outras dimensões do desenvolvimento para as quais ainda não há disponibilidade de indicadores tão cômodos – como a ambiental, a cívica ou a cultural -, é duvidoso que seja essa média aritmética a que melhor revele o grau de desenvolvimento atingido por uma determinada coletividade. [...] é mais razoável supor que o cerne da questão esteja justamente no possível descompasso entre o nível de renda obtido por determinada comunidade e o padrão social que conseguiu atingir, mesmo que revelado apenas pela escolaridade e longevidade. (VEIGA, 2008, p. 88).

Por este motivo têm-se a complementação de outros indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano ajustado à Desigualdade (IDHAD), que vai considerar a desigualdade social; o Índice de Desigualdade de Gênero (IDG) que mede a desigualdade em três níveis: saúde reprodutiva, autonomia e atividade econômica; o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). Além destes, têm-se vários outros indicadores que levam em consideração outros aspectos sociais, econômicos e ambientais.

O desenvolvimento sustentável busca a eficiência econômica, não esquecendo da eficiência social e ambiental, para que haja o desenvolvimento econômico é preciso que ocorra a melhoria da qualidade de vida da população, a partir daí pode-se dizer que a questão social está relacionada com o desenvolvimento econômico, que neste caso difere-se de crescimento econômico que não visa o bem estar populacional.

2.3.3. Desenvolvimento Social

A desigualdade social é um grande problema contemporâneo que afeta várias cidades e países e uma de suas causas é devido a uma má distribuição de renda da população, o desenvolvimento social busca uma melhor distribuição de renda ou o que podemos chamar de equidade social, desta maneira melhorando as condições de vida da população, assegurando-os qualidade de vida e maior acesso a recursos e serviços sociais.

O conceito de desenvolvimento social passou por diversas mudanças no decorrer do tempo, a princípio a sustentabilidade social buscava uma redução da pobreza e a limitação do crescimento populacional, sendo a pobreza ligada diretamente com a degradação ambiental,

[...] os pobres são tanto agentes quanto vítimas da degradação ambiental. São agentes porque a falta de capital faz com que utilizem mais intensivamente os recursos naturais e, conseqüentemente, os depredem. (Foladori, 2002, p. 108).

No primeiro momento, entre as décadas de 60 a 90 acreditava-se que se não houvesse a redução da pobreza e do crescimento populacional desordenado não haveria como atingir a sustentabilidade ambiental, a população pobre deveria pensar na sua sobrevivência no momento atual, não podendo se preocupar com o futuro, desta maneira utilizavam os recursos naturais encontrados, sendo considerados assim um dos agentes da degradação ambiental, e tornam-se vítimas porque devido as condições financeiras eles buscam lugares mais baratos para morar, tendem a ter mais filhos e conseqüentemente há uma maior pressão sobre os recursos naturais (FOLADORI, 2002).

Neste sentido, uma região com fraca dotação de recursos, baixo nível de formação e sem capital disponível, gera pobreza que, por sua vez, se traduz em capacidade de poupança limitada que levaria novamente a um pequeno nível de investimento e de formação. (MENDES, 2009, p. 54)

A pobreza, e suas conseqüências neste momento não era o foco da discussão e sim quais os seus impactos negativos sobre o meio ambiente.

Em um segundo momento a pobreza deixa de ser a principal causadora da degradação ambiental, foram analisados outros aspectos:

a) Os baixos ingressos nem sempre conduzem à degradação ambiental, tampouco altos ingressos garantem o equilíbrio ambiental;

b) A pobreza não deve ser considerada como a causa principal da degradação; é preciso que se considerem as políticas governamentais bem como os grupos de poder e os setores ricos;

c) Tanto a pobreza quanto a degradação ambiental podem ter uma mesma causa: a falta de recursos ou de direitos de propriedade sobre esses recursos;

d) Exemplos de sociedades agrícolas menos integradas ao mercado mostram um maior equilíbrio ambiental; a degradação poderia vir com a integração mercantil. (ANGELSEN, 1997 apud FOLADORI, 2002).

O intuito é garantir que haja qualidade de vida tanto para a população atual quanto para as gerações futuras.

Neste sentido a dimensão social objetiva garantir que todas as pessoas tenham condições iguais de acesso a bens, serviços de boa qualidade necessários para uma vida digna, pautando-se no desenvolvimento como liberdade, no qual o desenvolvimento deve ser visto como forma de expansão de liberdades substantivas, para tanto, "requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos" (SEN, apud MENDES, 2009, p.54).

Desta maneira, se há a melhoria nas condições de vida da população atual consequentemente esta melhoria será refletida na geração futura.

O desenvolvimento social depende de como a sociedade se relaciona, esta questão é de grande relevância quando se trata de desenvolvimento, pois para que o mesmo ocorra em determinado local é necessária a interação entre as pessoas, comunidades, instituições, sendo estas públicas ou privadas, e os poderes, municipais, estaduais ou federais.

Esta relação vai ocorrer a partir do capital social, pois o mesmo trata-se de um,

[...] recurso fundamental que pode apoiar a construção de um sistema produtivo ambientalmente viável e contribuir para o bem-estar social (saúde, educação, segurança pública, aprendizagem social, inovação tecnológica e justiça social) através da formação de redes sociais que possam expandir a cooperação e o nível de cooperação, num plano onde a economia se aproxime da ética. (MOREIRA, 2011, p. 133)

Vários autores conceituaram “Capital Social”, alguns destes encontram-se a seguir.

Para Coleman (1999), como sendo,

[...] uma variedade de diferentes entidades, com dois elementos em comum: todas elas consistem de algum aspecto das estruturas sociais, e elas facilitam certas ações de certos atores – sejam eles pessoas ou atores em agregado – dentro da estrutura. Como outras formas de capital, o capital social é produtivo, tornando possível a consecução de certos fins que na sua ausência não seriam possíveis. Como o capital físico e o capital humano, o capital social não é totalmente tangível mas pode ser específico para certas atividades. (COLEMAN, 1999 apud SILVA JÚNIOR).

Para Putnam (2005), capital social é:

[...] um conjunto das características da organização social, que englobam as redes de relação, as normas de comportamento, os valores, a confiança, as obrigações e os canais de informação, que no seu conjunto, contribuem para aumentar a eficiência da sociedade e facilitam as ações coordenadas – o capital social não representa uma ação coletiva em si mesma, entretanto, as normas, a confiança e a reciprocidade, inseridas no interior das redes sociais, permitem a resolução dos dilemas de ação coletiva. (PUTNAM apud FREITAS 2008, p. 93)

Para estes autores a ação individual deve ser refletida para um bem coletivo, através das normas e relações de confiança, reciprocidade e solidariedade, fatores como estes contribuem de maneira positiva nas relações econômicas, desta maneira beneficiando toda a comunidade. Sem a presença do capital social em determinada localidade a relação entre a

sociedade e o poder público torna-se mais complicada, pois o mesmo pode ser considerado o elo de ligação entre os mesmos, permitindo que haja a confiança e a cooperação.

O capital social é considerado um elemento de suma importância para o desenvolvimento, e quando o mesmo é ignorado, algumas capacidades que são aplicáveis ao desenvolvimento podem ser perdidas, impossibilitando ou dificultando assim as inter-relações necessárias no processo de desenvolvimento.

3. ESPAÇO E TERRITÓRIO

Uma das primeiras definições de espaço foi feita por Aristóteles, como sendo a “inexistência do vazio”, ou seja, qualquer ambiente que fosse preenchido era definido como espaço.

Encontrar uma definição única para espaço, ou mesmo para território, [...] é tarefa árdua, pois cada categoria possui diversas acepções, recebe diferentes elementos de forma que toda e qualquer definição não é uma definição imutável, fixa, eterna; ela é flexível e permite mudanças. (SAQUET; SILVA, 2008, p. 30).

Um tempo depois o autor La Blache também contribuiu com a definição de espaço sendo como o local onde há a coexistência do homem e da natureza. Ratzel, tinha sua definição de espaço como “espaço vital”, sendo o mesmo a representação de uma proporção de equilíbrio entre a população de determinada sociedade e os recursos disponíveis para manter suas necessidades.

Henri Lefebvre também contribuiu de maneira significativa para a conceituação de espaço, sendo base para muitos outros pesquisadores, sua pesquisa baseava-se em 4 abordagens do conceito de espaço:

- a) O espaço como forma pura;
- b) o espaço como produto da sociedade;
- c) o espaço como instrumento político e ideológico;
- d) o espaço socialmente produzido, apropriado e transformado pela sociedade.

Corrêa (apud BRAGA, 2007), traz o espaço geográfico como sendo o espaço em que o homem vive, ele utiliza três abordagens, a primeira é a do espaço absoluto, a segunda é do espaço relativo e a terceira abordagem é a do espaço relacional. Para o autor o espaço é social e há uma relação espaço-temporal. A organização deste espaço vai ser baseada nas necessidades humanas, ou seja, de como a população utiliza este espaço.

Milton Santos foi um dos maiores geógrafos brasileiros, e seus estudos contribuíram de maneira significativa para a história da geografia. Sua colaboração na definição do conceito de espaço foi de suma importância, para o autor espaço,

[...] deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida (...) o espaço deve ser considerado como um conjunto de funções e formas que se apresentam por processos do passado e do presente (...) o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções (SANTOS, 1978 apud SAQUET; SILVA, 2008, p. 32).

Outro conceito que o autor traz é,

O espaço reproduz a totalidade através das transformações determinadas pela sociedade, modos de produção, distribuição da população, entre outras necessidades, desempenham funções evolutivas na formação econômica e social, influencia na sua construção e também é influenciado nas demais estruturas de modo que torna um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (SANTOS, 1979 apud SAQUET; SILVA, 2008, p.33).

Essa totalidade é o conjunto de relações realizadas através de funções e formas tanto do passado como do presente, o espaço é uma instância social e sua organização é feita pelo homem, sendo o mesmo um elemento do espaço, assim como as firmas com a produção de bens e serviços, as instituições com as leis e normas, o meio ecológico como a base física do trabalho humano e as infra estruturas que é o próprio trabalho humano materializado e especializado.

Assim como a definição de espaço, a definição de território também é muito importante, o território passa a ser formado após a definição do espaço.

A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima. (Santos,1996, SAQUET; SILVA, 2008 p. 40).

O território é um espaço físico onde se encontra uma nação, um espaço delimitado pela sociedade, possuindo limites e fronteiras. Território é,

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. [...] o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder [...] (RAFFESTIN, 1993, p. 2)

Território é um conceito político e geográfico, pois além de ser um espaço o território está ligado com a ideia de poder, ou pode-se dizer que é uma abordagem política e econômica de ocupação do espaço. O território é o espaço que já sofreu a dominação, possuindo determinada população, economia, política, cultura etc. Já o espaço é mais amplo, pois faz parte dele as áreas que não possui a intervenção humana, desta maneira nota-se que espaço engloba o território.

Milton Santos também colabora nesta discussão, “o território configura-se pelas técnicas, pelos meios de produção, pelos objetos e coisas, pelo conjunto territorial e pela dialética do próprio espaço” (SANTOS, 2002).

Deve-se levar em consideração quando se conceitua território as ideias de poder e dominação, assim como as abordagens políticas, econômicas, culturais e sociais. O espaço engloba o território, a paisagem e a sociedade, tornando-o assim a totalidade.

Para que ocorra o desenvolvimento local é preciso que haja a articulação entre a comunidade local, e a exploração de suas potencialidades, este desenvolvimento requer que se ultrapasse o local limitado por espaços geográficos, isto é, o local constitui-se em território, sendo o mesmo o limite de um determinado espaço, composto por várias relações entre os atores internos e externos a este espaço.

Esta articulação entre as potencialidades do território é uma nova possibilidade de estratégia para o desenvolvimento. Para isso é necessário e importante à diferenciação entre espaço geográfico e território, como foi trabalhado neste capítulo, sendo o espaço o suporte geográfico aonde irão se desenvolver as atividades econômicas, e o território quando se trata de desenvolvimento local irá compreender determinadas características específicas, tirando proveito do potencial existente no mesmo, pois o desenvolvimento desta região está relacionado com os seus fatores sociais, econômicos, ambientais e culturais, a partir daí é possível a organização do local, facilitando desta maneira a articulação entre seus atores e na tomada de decisões.

3.1 Desenvolvimento Local

Com a Constituição de 1988 ocorreu a descentralização político-administrativa, com um Estado mínimo, isso fez com que fosse estabelecido maiores responsabilidades e atribuições ao poder local, desta maneira houve o aumento do poder político das comunidades locais, passando a ter a capacidade de tomar decisões sobre as políticas de desenvolvimento locais. Além disto, o processo de globalização fez com que houvesse a expansão e integração de mercados, globalização esta decorrente dos grandes avanços tecnológicos e científicos, com isso houve um avanço na economia global, acompanhado de um processo de exclusão, promovendo mudanças estruturais. “Todas as economias locais se encontram muito mais expostas que no passado nesse contexto de globalização, o que obriga à tomada de iniciativas e políticas de desenvolvimento [...]”. (ALBUQUERQUE; ZAPATA, 2008, p. 218-219).

Uma das formas de solução desses problemas é a valorização das potencialidades locais, fortalecendo-se as instâncias locais da administração pública, com o território

tornando-se o principal ator para o desenvolvimento local, desse modo, “a introdução de inovações tecnológicas e o fomento da capacidade empresarial e organizativa nos diferentes âmbitos territoriais constituem variáveis estratégicas da política de desenvolvimento” (ALBUQUERQUE; ZAPATA, 2008, p. 220), possibilitando maior democratização, participação popular, equidade social e uma melhor economia.

Com o processo de globalização, tem-se dado ampla aplicação ao “mote” ecologista do “pensar globalmente e agir localmente”, inclusive importando-o em boa medida para as estratégias econômicas do desenvolvimento. (FROEHLICH, 1998, p. 93).

Falar de desenvolvimento local requer falar também de desenvolvimento endógeno, com os dois termos sendo até considerados, por alguns autores, como sinônimos. O desenvolvimento endógeno é a capacidade que um território tem de utilizar o seu potencial, ocorrendo uma mudança estrutural, para isso é necessário a participação de atores locais, sendo eles: o setor público; setor privado, ligado a produção, empresas, associações; setor social, com as ONG's e os grupos sociais; e o setor de conhecimento.

[...] eldesarrollo localizado se trata de um desarrollo económico y social, localizado em um espacio concreto dentro de uma dinámica general cambiante. Es um processo general que afecta a todas lasestructurasproductivas y sociales y que se distribuye por todos los territorios afectados por elmismo. (GONZALEZ, 1998, p.6 apud BARROS; SILVA; SPINOLA, 2006, p. 94).

Os processos de desenvolvimento endógeno ocorrem graças à utilização produtiva do potencial de desenvolvimento possibilitado quando as instituições e mecanismos de regulação do território funcionam eficientemente. (BARQUERO, 2002 apud BARROS; SILVA; SPINOLA, 2006, p. 94).

Para Buarque, 2002, o conceito de desenvolvimento local, refere-se a, “um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos”. (BUARQUE, 2002, p. 25).

A partir desses dois conceitos é possível afirmar que todo desenvolvimento endógeno é local, porém há a diferenciação entre os dois no fato de que no desenvolvimento local são considerados também os fatores exógenos e também são levados em contas outros fatores além dos econômicos.

O desenvolvimento local ocorre através de um conjunto de iniciativas, como apresentado na Figura 1.



Figura 1. Iniciativas de desenvolvimento local.

Fonte: ALBUQUERQUE; ZAPATA, 2008, p. 221.

Estes oito pontos são fatores fundamentais do desenvolvimento local, com a mobilização e participação dos atores locais, levando à construção do Capital Social, que é de fundamental importância para o desenvolvimento. Para Putnam, “o capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, 2000 apud PEREIRA, 2006, p.3). O capital social permite proporcionar ações voltadas para o bem-estar comum. Além do capital social, tem-se também a cooperação, na qual as empresas trabalham de maneira mútua, em prol de um objetivo comum, ocorrendo um trabalho em parcerias. O governo municipal exerce um dos principais papéis nesse processo, com o objetivo de gerir políticas voltadas para o desenvolvimento.

Para Buarque,

O desenvolvimento local é o resultado de múltiplas ações convergentes e complementares, capaz de quebrar a dependência e a inércia do subdesenvolvimento e do atraso em localidades periféricas e promover uma mudança social no território. Não se pode limitar a um enfoque econômico, como normalmente associado às propostas de desenvolvimento endógeno, mas não pode minimizar a importância do dinamismo da economia. Especialmente em regiões e municípios pobres, deve perseguir com rigor o aumento da renda e da riqueza locais, por meio de atividades econômicas viáveis e competitivas, vale dizer, com capacidade de concorrer nos mercados locais, regionais e, no limite, nos mercados globais. Apenas com economia eficiente e competitiva gerando riqueza local sustentável pode-se falar efetivamente em desenvolvimento local, reduzindo a dependência histórica de transferências de rendas geradas em outros espaços. (BUARQUE, 2002, p. 26).

O desenvolvimento local não está ligado somente com o crescimento econômico, mas também com o bem-estar da sociedade e a conservação ambiental, sendo o mesmo capaz de transformar a realidade local, a partir da articulação de diversos atores para a formulação de estratégias, e na tomada de decisões, nas dimensões: econômica; social; cultural; ambiental; político-institucional e científico-tecnológica, visando obter melhor eficácia, eficiência e efetividade nas ações.

4. DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

Atualmente a sociedade vem sofrendo bastante com a má distribuição de renda e a falta de investimento em políticas sociais eficientes, que conseqüentemente gera a pobreza, e com a degradação do meio ambiente, resultados de um processo de globalização e desenvolvimento que vem ocorrendo no mundo. O Estado possui um papel de fundamental importância neste processo, pois o mesmo é formulador e executor das políticas públicas, incluindo as de desenvolvimento e crescimento econômico. Como proposta de solução a estes problemas sociais e ambientais, pensou-se novas maneiras de desenvolvimento a serem trabalhadas no nível local, explorando as diferentes potencialidades que levem em consideração as dimensões sociais, ambientais e econômicas, conceituado então como Desenvolvimento Local Sustentável, onde há a junção do desenvolvimento local com o desenvolvimento sustentável.

O poder local nesse processo assume o espaço central na agenda que possibilite contemplar a articulação entre os atores locais e as políticas. Busca-se a inserção da problemática ambiental na gestão local e em relação as dinâmica das políticas sociais. É possível que as ações da sociedade tem causados impactos ambientais complexos, tanto de forma quantitativa quanto de forma qualitativa.

O local pode assumir um papel estratégico como forma de combate a estas questões de degradação ambiental e da desigualdade social, promovendo o debate acerca das ações e metas que devem ser tomadas, dentro das premissas da construção de uma agenda 21 Local.

A Agenda 21, formulada na ECO 92, é uma proposta de desenvolvimento que envolve estes três aspectos, ela traz a ideia de “pensar globalmente e agir localmente”, a formulação de documentos como estes vem de um processo de transformações no pensamento da sociedade, quando ela passa a se preocupar também com as questões ambientais.

A Agenda 21 Local representa um vetor de implementação da Agenda 21 Global e Brasileira, por meio de processos de mobilização, de discussão, de troca de informações em torno da identificação de problemas e de soluções, do estabelecimento de prioridades para a gestão local, podendo ser um estado, um município, uma bacia hidrográfica, uma unidade de conservação, até um bairro, uma escola (BRASIL, 2007 apud MORETTO et al., 2008, p. 7).

A sociedade deve ter a noção de sua responsabilidade individual e coletiva no processo de desenvolvimento, para isso é necessário que o poder local estimule a participação

dos indivíduos e reforçar os diálogos que permitam uma maior compreensão do processo de desenvolvimento sustentável e suas dimensões sociais, econômicas e ambientais.

Com o processo de descentralização do poder, a gestão local passar a ter maior controle sobre suas políticas, tornando o Local como espaço para o desenvolvimento sustentável.

Na concepção do autor Sérgio Buarque, o desenvolvimento local sustentável é o resultado da,

[...] interação e sinergia entre a qualidade de vida da população local – redução da pobreza, geração de riqueza e distribuição de ativos –, a eficiência econômica – com agregação de valor na cadeia produtiva – e a gestão pública eficiente (...). A interação entre eles deveria ser medida pela governança – transbordando da base econômica para as finanças e os investimentos públicos –, pela organização da sociedade – orientando as políticas e os investimentos públicos locais – e pela distribuição de ativos sociais –, assegurando a internalização da riqueza e os desdobramentos sociais da economia. (BUARQUE, 2002, p. 27).

O Desenvolvimento Local está voltado a utilização dos recursos locais, sendo que “[...] a definição do modelo de desenvolvimento passa a ser estruturado a partir dos próprios atores locais e não mais por meio do planejamento centralizado ou das forças puras do mercado”. (AMARAL FILHO, 2001 apud SANTOS, 2007, p. 12).

Quando se trabalha no nível local torna-se mais fácil identificar e buscar a solução dos problemas, Buarque foca que para o desenvolvimento local ser consistente e sustentável, deve-se,

[...] mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local. (BUARQUE, 2002, p. 25).

Segundo o mesmo autor,

O desenvolvimento local sustentável é o processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência econômicos, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e a solidariedade entre as gerações. (BUARQUE, 2002, p. 67).

Este conceito que o autor apresenta traz três dimensões: a elevação da qualidade de vida e a equidade social; a eficiência e o crescimento econômico; e a conservação ambiental, com a atuação de atores locais através destas três dimensões é possível que haja a melhoria do território ou comunidade. O local vem ganhando grande importância, pois o mesmo possui

grande relevância nas relações econômicas, sociais, políticas e institucionais. A Figura 2 representa o processo do desenvolvimento local sustentável.

Figura 2.

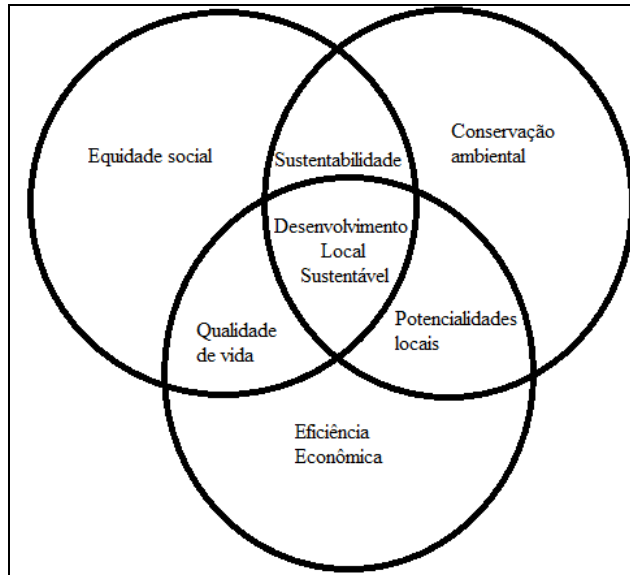


Figura 2. Desenvolvimento Local Sustentável

Fonte: Sergio Buarque (2002) adaptada pela autora.

Essas três dimensões – equidade social: a igualdade social para a sociedade, uma distribuição de benefícios de maneira igual, de maneira a reduzir a desigualdade social; eficiência econômica: de maneira que haja o crescimento e o desenvolvimento da economia, conservação ambiental: a utilização dos recursos renováveis e não-renováveis de maneira consciente, - devem ser trabalhadas de maneira integrada, resumindo como pontos em comum. As potencialidades locais, a qualidade de vida e a sustentabilidade, condizentes ao desenvolvimento local sustentável,

[...] é de suma relevância estudar e compreender o local para tomar medidas que podem valer no âmbito global. Para isso, cabe abrir um parêntese explicando a necessidade de se ter um desenvolvimento local sustentável, sendo possível por meio: da exploração das potencialidades locais; gestão pública eficiente; elevação das oportunidades sociais; viabilidade da economia local, para possibilitar o fomento da competitividade local; visando a conservação dos recursos naturais locais (BUARQUE, 2006 apud MORETTO et al., 2008, p. 7).

Além das potencialidades locais, o desenvolvimento local conta também com fatores exógenos, o que requer que este local tenha a capacidade de se adaptar às mudanças decorridas do processo de globalização exigindo a articulação do global com o local.

O efetivo desenvolvimento local sustentável é um processo a ser alcançado a médio e longo prazo e requer mudanças estruturais na organização da economia, além da boa interação entre o homem e o meio natural. Este processo requer mudanças no estilo de desenvolvimento, como: padrão de consumo da sociedade, base tecnológica dominante no processo produtivo e estrutura de distribuição de renda, cada um com sua própria lógica e autonomia. (BUARQUE, 2002).

Pode-se afirmar que o local é um espaço que possui propriedades necessárias para que haja o desenvolvimento sustentável, pois na esfera local a identificação dos problemas torna-se mais fácil, conseqüentemente torna-se mais fácil também a busca de uma solução adequada, sendo necessária para tal realização a articulação entre o poder local e a sociedade, respeitando os limites da natureza, desta maneira se torna possível estruturar e desenvolver um local onde haja a equidade social, a eficiência econômica e a conservação ambiental, possibilitando determinada localidade desenvolver suas potencialidades específicas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois que o homem passa a ser dominador da natureza, e põe fim na relação harmoniosa homem-natureza, em que explorava a natureza apenas no que era necessário, começa a se intensificar os problemas ambientais, principalmente a partir da década de 1960, conforme o livro “Primavera Silenciosa” que narra problemas ambientais decorrentes da época.

Com o levantamento e estudo dos conceitos e do processo histórico do desenvolvimento sustentável, percebe-se que o mesmo possui três dimensões: ambiental, social e econômica, sendo uma nova forma de desenvolvimento, que tende a melhorar a qualidade de vida da sociedade. A pobreza e a degradação ambiental são problemas notórios do mundo em que vivemos. Como solução destes problemas busca-se estratégias que melhorem a qualidade de vida, que não tenham tanto impacto negativo no meio ambiente e sendo possível haver a eficiência econômica.

Nota-se que, além dos problemas ambientais, têm-se, também, as questões sociais, com a soma desses problemas passando a ameaçar tanto a sociedade atual quanto as gerações futuras, inserindo-se então, os debates sobre a sustentabilidade.

Com base nesse estudo sobre o desenvolvimento sustentável, revisado em parte desta monografia, percebe-se que se trata de um debate complexo, não alcançando até o momento um desenvolvimento eficazmente sustentável, por envolver mudanças estruturais e muitas resistências políticas e sociais.

Outro conceito abordado nesta monografia foi o de desenvolvimento local de modo a permitir o entendimento desse processo e a importância do local no desenvolvimento sustentável. “O local é o espaço do resultado da interação entre relações físicas e sociais que geram diferenciações de um local para outro, a partir das potencialidades físicas e da cultura engendrada por essas potencialidades e pelo processo histórico”. (SHIKI, 2004, p. 86).

A aproximação destes conceitos resulta no desenvolvimento local sustentável, que busca um desenvolvimento socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente correto, levando em consideração as características de cada região ou localidade, analisando as realidades de maneira diferenciada, possibilitando desta maneira a participação dos atores locais na definição dos objetivos a serem atingidos com este desenvolvimento.

O desenvolvimento local sustentável é uma maneira de estimular uma maior participação da sociedade nas decisões locais, ou seja, uma participação mais ativa no debate

das políticas as quais os mesmos utilizarão, facilitando ao poder público a formulação, a gestão e a implantação de políticas públicas, ações, programas e projetos voltados para um modelo de desenvolvimento baseado em critérios de sustentabilidade econômica, social e ambiental.

As políticas públicas formuladas a nível local devem buscar além da promoção do desenvolvimento, a interação das variáveis que constituem o desenvolvimento sustentável, a formulação de políticas públicas que promovam o desenvolvimento local sustentável devem levar em consideração as capacidades locais e as necessidades da população, assim como o seu poder de articulação entre os atores sociais e políticos locais

Nesta monografia procurou-se apresentar alguns termos e conceitos dos muitos que existem, havendo muito que se pesquisar sobre este conflituoso tema. Foi possível, no entanto, perceber que houve na sociedade uma maior conscientização em relação aos problemas aqui discutidos, embora muito exista a se avançar. O que exige a continuidade de pesquisas sobre o referido tema de investigação desta monografia.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Maria Inês Ramos. **Globalização: características mais importantes**. Disponível em: <http://www.fsma.edu.br/visoes/ed03/3ed_artigo1.pdf>. Acessado em setembro de 2013.

ALBUQUERQUE, Francisco; ZAPATA, Tania. A importância da estratégia de desenvolvimento local/territorial. In: DOWBOR, Ladislau; POCHMANN, Marcio (Org.). **Políticas para o desenvolvimento local**. São Paulo: Fundação Perceus Abramo, 2008, p. 215-229.

ARAUJO, Geraldo Jose Ferraresi de; CARVALHO, Cesar Machado de Carvalho. A agenda 21 e a elaboração de políticas públicas para a sustentabilidade urbana. **Fórum Ambiental da Alta Paulista**, São Paulo, v. 7, n. 4, p. 685-699, 2011. Disponível em: <<http://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/forum/article/view/144/145>>. Acessado em fevereiro de 2012

BANCO MUNDIAL. **Estrutura do Produto Interno Bruto da América Latina**. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=137&Itemid=221> Acessado em Novembro de 2012.

BARBOSA, Gisele S. O desafio do Desenvolvimento Sustentável. **Revista Visões**. n. 4, vol. 1, Jan/Jun., p. 1-11, 2008. Disponível em: <http://www.fsma.edu.br/visoes/ed04/4ed_O_Desafio_Do_Developmento_Sustentavel_Gi sele.pdf> Acesso em dezembro de 2012.

BARROS, Areza Batista Gomes; SILVA, Norma Lúcia Oliveira da Silva; SPINOLA, NoelioDantaslé. Desenvolvimento Local e Desenvolvimento Endógeno: questões conceituais. **RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico**. Ano VIII, n. 14, junho de 2006, p. 90-98, Salvador – BA, 2006.

BINSWANGER, Hans Christoph. Fazendo a sustentabilidade funcionar. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 4ª ed. São Paulo: Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002.

BRASIL. Ministério Do Meio Ambiente, **Agenda 21**, Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-brasileira> Acessado em Fevereiro de 2012.

BRASIL. Ministério Do Meio Ambiente, **A Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB**, Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbbio/_arquivos/cdbport_72.pdf> Acessado em Fevereiro de 2012.

BRASIL. Ministério Do Meio Ambiente, **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**, Brasília, 1992. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>>. Acessado em Fevereiro de 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Crescimento e Desenvolvimento Econômico**.

Notas para uso em curso de Desenvolvimento Econômico na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Versão de maio de 2007.

Disponível em <www.bresserpereira.org.br>. Acessado em: novembro de 2012.

BRUSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (org). **Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CARVALHO, Maria L. C. Desenvolvimento Sustentável: uma tentativa de resposta. **BAHIA Análise & Dados**, Salvador, SEI, v.6, n. 2, p 29-33. Set. 1996.

CEBDES; FBDS, **Guia Rio+20**, Rio de Janeiro, 2012.

Disponível em: <http://www.cebds.org.br/media/uploads/pdf/guia_riomais20.pdf>

Acessado em Fevereiro de 2012.

CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre meio Ambiente e Desenvolvimento.

“**AGENDA 21**”. Brasília; Senado Federal / SSET, 1995, 472p.

Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf>>

Acessado em Agosto de 2013.

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução nº 001, de 23 de janeiro de 1986**, publicado no D. O U. de 17.2.86.

Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>>

Acessado em Agosto de 2013

ESTENDER, Antonio Carlos; PITTA, Tercia de Tasso Moreira. O conceito do desenvolvimento sustentável. **Revista Terceiro Setor - UnG**, Vol. 2, n. 1. São Paulo, 2008

FARIA, José Henrique de. Por uma teoria crítica da sustentabilidade. In: NEVES, Lafaiate Santos (org.). **Sustentabilidade: anais de textos selecionados do 5º Seminário sobre Sustentabilidade**. Curitiba: Juruá, 2011, p. 15-23.

FILHO, Gilberto Montibeller, Ecodesenvolvimento E Desenvolvimento Sustentável Conceitos E Princípios, **Textos de Economia**, v. 4, n. 1. P. 131-142, Florianópolis, 1993.

FONTES, Ricardo Jafé Carelli. Resenha de: CARSON, Rachel L. Primavera Silenciosa. **Revista UniABC**, v.2, n.1, p. 136-140, São Paulo, 2010.

Disponível em: <http://www.uniabc.br/site/revista/pdfs/3/11_Primavera_Silenciosa.pdf>

Acessado em fevereiro de 2012.

FREITAS, Nádia Magalhães da Silva. **Desenvolvimento local e capital social: uma análise interdisciplinar do processo de indução do DLIS no Estado de Roraima**. 2008. 282 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2008. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido.

FROEHLICH, José Marcos. O “Local” na Atribuição de Sentido de Desenvolvimento. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 94, maio/dez, p. 87-96, 1998.

KRAMA, Márcia Regina. **Análise dos indicadores de desenvolvimento sustentável no Brasil, usando a ferramenta painel de sustentabilidade**. 2009. 185fls. Dissertação Mestrado em Engenharia de Produção de Sistemas – Universidade Católica do Paraná, PUCPR, Curitiba, 2009.

KROETZ, Marilei; RAMOS, Ivonete da Silva Ramos; CARDOSO; DIEL, Adriana da Silva; SCHMITK, Leandro; KRAUSE, Regiane. Crescimento Econômico X Desenvolvimento: Aspectos do Crescimento Econômico da Região de Rio do Sul e o Reflexo nas Questões Sociais. **Revista Caminhos**, On-line, “Dossiê Gestão”, Rio do Sul, v. 1, n. 1, p. 25-45, out./dez. 2010

Disponível em <<http://www.caminhos.unidavi.edu.br/wp-content/uploads/2012/02/Revista-Caminhos-Dossie-Gestao.pdf>>. Acessado em: novembro de 2012

KRUGMAN, P.; WELLS, R. **Introdução à economia** Rio de Janeiro: ELSEVIER, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade Marconi; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MENDES, Jefferson Marcel Gross. Dimensões da Sustentabilidade. **Revista das Faculdades Santa Cruz**, v. 7, n. 2, julho/dezembro 2009.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. 3ª ed. Florianópolis: UFSC, 2008.

MOREIRA, José César Pontes. Capital Social E Desenvolvimento Sustentável, **Polêm!ca**, v. 10, n. 1, p 123 - 134 – , janeiro/março 2011

MORETTO, Cleide Fátima; MORES, Giana de Vargas; ANTONI, Verner Luis; CAPACCHI, Maristela. **O desenvolvimento sustentável na perspectiva local: a percepção do sentido da sustentabilidade pelos residentes do município de passo fundo**. Trabalho apresentado no IV Encontro de Economia Gaúcha, Rio Grande de Sul, 2008.

MORICOCCHI, Luiz; GONÇALVES, José Sidnei. Teoria do Desenvolvimento Econômico de Shumpeter: uma visão crítica. **Informações Econômicas**, SP, v.24, n.8, ago. 1994.

MOTTA, Silvio R. F.; AGUILAR, Maria Teresa P.. Sustentabilidade e processos de projetos de edificações. **Gestão & Tecnologia de Projetos**. V. 4, n. 1, p. 84-119, Maio de 2009

OLIVEIRA, Edenis César de. Crescimento e Desenvolvimento Econômico: A Sustentabilidade como Modelo Alternativo. Artigo publicado nos **Anais** do II Fórum Ambiental da Alta Paulista realizado no período de 25 a 28 de outubro de 2006.

PASSOS, Priscilla Nogueira Calmon de. A conferência de Estocolmo como ponto de partida Para a proteção internacional do meio ambiente. **Direitos Fundamentais & Democracia**, v. 6, p. 1-25, 2009.

PEREIRA, Sudanês Barbosa. **Processos tangíveis e intangíveis do desenvolvimento local**. 2006. Trabalho apresentado ao II Encontro de Economia Baiana, Salvador, 2006.
 PINTO, Anna Florência de Carvalho Martins. **Metodologia Do Trabalho Científico**: planejamento, estrutura e apresentação de trabalhos acadêmicos, segundo as normas da ABNT. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <<http://www.iceg.pucminas.br/ApostilaMetdologiaCientificaAdministracao.pdf>> Acessado em setembro de 2009.

PNUD. **O que é IDH**, 2012. Disponível em:<http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH> Acessado em novembro de 2012

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática. 1993
 Disponível em: <http://www.univale.br/cursos/tipos/pos-graduacao_strictu_sensu/mestrado_em_gestao_integrada_do_territorio/_downloads/por_uma_geografia_do_poder-claude_raffestin.pdf>
 Acessado em setembro de 2013.

RUSCHEINSKY, Aloísio. No conflito das interpretações: o enredo da sustentabilidade. **Revista eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Volume 10, janeiro a junho de 2003.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Renata Lima. **Desenvolvimento Local sustentável**: caracterização do APL de artesanato de linha do município de Tobias Barreto. 2007. 135fls. Dissertação Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente - Universidade Federal de Sergipe. São Cristovão, 2007.

SAQUET, Marcos Aurelio; SILVA, Sueli Santos da. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **Geo UERJ** - Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008. P. 24-42

SHIKI, Simone de Faria Narciso. Alguns elementos para o debate: desenvolvimento local sustentável. In: RUSCHEINSKY, Aloísio (Org.). **Sustentabilidade**: uma paixão em movimento. Porto Alegre : Sulina, 2004.

SOUZA, Nali de J. **Desenvolvimento Econômico**. – 3. ed. – São Paulo: Atlas. 1997.

SOUZA, André Luiz Lopes de, “Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável” **Paper do NAEA**, n. 45, agosto de 1994. Disponível em: <http://www.ead.sebrae.com.br/biblioteca/arquivos_padrao/GIno11/Biblioteca_35725.pdf>

Acessado em Agosto de 2013.

SILVA JÚNIOR, José Deocleciano De Siqueira. O Capital Social: discussão em torno da construção de um conceito. **Revista Espaço Acadêmico** - Nº 72 - Maio/2007 - Mensal - Ano VI. ISSN 1517.6186

VEIGA, José E. da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

WCED Our common Future. Oxford: Oxford University Press, 1987.

Disponível em: <http://conspect.nl/pdf/Our_Common_Future-Brundtland_Report_1987.pdf> Acessado em Fevereiro de 2012.